

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Segundo texto da reforma é aprovado na Câmara 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conformidade reforça receitas em R\$22 bilhões - LU AIKO OTTA 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ex-coach omite da Justiça Eleitoral R\$ 21,7 milhões 6

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto sobre previdência privada recebida como herança: entenda a regra hoje e o que pode mudar 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Despesa do INSS em 2025 pode estar subestimada 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Fechado acordo para votar compensação à desoneração 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma terá imposto em previdência privada 14

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pede R\$ 545 milhões extras à equipe econômica em 2025 para manter sistema funcionando 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação em plano de previdência deixado como herança avança em texto da reforma 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto prevê medida contra "doação disfarçada" entre sócios 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado vota hoje projeto sobre dívidas dos estados 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BNDES pode repassar mais de R\$ 15 bi à União, diz Mercadante 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pastore e os caminhos e descaminhos do processo de estabilização 23

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Antes desejados, super-ricos entram na mira do fisco em países europeus	25
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Preços de insumos caem, oferta de carne se ajusta, e JBS tem lucro de R\$ 1,7 bilhão	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Setor de serviços avança 1,7%	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Campos Neto: Selic não é exorbitante	31
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Menos marola, por favor - ZEINA LATIF	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Setor de serviços tem a maior alta desde 2022	35
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar recua 0,84%, a R\$ 5,44, na 6ª queda consecutiva	36
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Galípolo nutre percepção de alta da Selic	37

Segundo texto da reforma é aprovado na Câmara

» **EVANDRO ÉBOLI**

A Câmara aprovou, ontem, com 303 votos a favor e 142 contra, o texto-base do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, que cria o Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), responsável por unificar os impostos ICMS e ISS. Os destaques e emendas serão apreciados hoje, e a proposta seguirá para o Senado.

O comitê cuidará da cobrança, distribuição e fiscalização do novo imposto.

A reforma teve seu texto principal aprovado em emenda constitucional no ano passado e agora está sendo regulamentada.

O relator do parecer, deputado Mauro Benevides Filho (PDTCE), disse que ouviu 126 parlamentares durante a elaboração do texto e que atendeu a 90% das demandas dos colegas. Uma das novidades inseridas pelo pedetista foi a previsão de destinar 30% das vagas das diretorias que integrarão o comitê para mulheres - demanda da bancada feminina do Congresso.

Benevides incluiu os planos previdenciários PGBL e VGBL na incidência do imposto sobre doações e causa mortis (ITCMD), que trata da transferência de bens por meio de heranças ou doações. O relator costurou um acordo para que o VGBL previdenciário - no qual o usuário faz aporte por longo prazo, de 10 anos a 30 anos - deixasse de isentar do pagamento de imposto. Segundo o relator, os mais ricos, que investem em CDB, fundos e letras, quando alcançavam 75 anos, por exemplo, migravam todos esses investimentos para o VGBL e, assim, ficavam livre de pagar tributos. Agora, será exigido o período mínimo de cinco anos de aplicação no VGBL para não ter carga tributária.

Criado para substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal), o IBS será gerido por esse comitê gestor, que reunirá representantes de todos os entes federados. Ainda que a coordenação fique a cargo do comitê gestor, as atividades efetivas de fiscalização, lançamento, cobrança e inscrição em dívida ativa do IBS continuarão a ser realizadas por estados, Distrito Federal e municípios.

Outro ponto que provocou polêmica durante o debate foi sobre como chegar a uma definição quando houver divergência no julgamento da mesma pendência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e no Comitê Gestor. Se cada órgão votar de jeito diferente a respeito da mesma controvérsia. O desempate ficará a encargo da Comitê de Harmonização, que está previsto no texto.

Benevides estava exultante com a tramitação da proposta e classificou o texto como uma "revolução tributária".

"Dinossauro" A oposição, que votou contra, classificou o comitê gestor de uma autarquia burocrata, estatal e que lembra instituições de antigos países comunistas, como a União Soviética.

"Esse comitê é o fim do federalismo, o fim do Congresso Nacional, porque essa autarquia vai violar a capacidade de órgãos decidirem na ponta sobre o Fisco. Trata-se de um paquiderme, de um dinossauro. Uma autoridade central não eleita, que só ganhará mais poder. Esse é um modelo socialista", discursou o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

Para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a reforma é tão importante para o país que deveria ter sido aprovada por unanimidade, com os votos dos 513 deputados. "Quem está encaminhando e votando contra não está votando com o Brasil. É uma proposta que unifica o país e consolida o pacto federativo", defendeu.

Apenas dois partidos orientaram contra esse projeto da reforma tributária, o Novo e o PL.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2024/08/14/all.pdf>

Conformidade reforça receitas em R\$22 bilhões - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Neste ano, a **Receita Federal** arrecadou R\$ 22 bilhões apenas cobrando de quem, a seu ver, não estava pagando o que deveria. De tudo o que a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem feito para elevar as receitas, essa tem sido a frente mais bem-sucedida, disse um de seus integrantes: a busca da conformidade.

As redes sociais estão repletas de memes que retratam o governo como um taxador voraz. A ponto de os atletas olímpicos terem sido agraciados com isenção tributária sobre seus prêmios, um dia depois de a Receita emitir nota explicando que essas premiações devem pagar **impostos**, como "qualquer outra remuneração de qualquer outro (a) profissional."

A despeito disso, a visão no Ministério da Fazenda é que ainda há espaço para mais receitas. Daqui para o fim do mês, deverão ser anunciadas mais medidas para um reforço de cerca de R\$ 20 bilhões em 2025.

Há espaço porque a receita líquida do governo central fechou 2023 em 17,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas já esteve na faixa dos 18% a 19% nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A queda, disse Haddad em evento promovido esta semana pela Warren Rena, se deve a "tudo o que se possa imaginar" em termos de renúncia fiscal. A conta de gastos tributários chegou ao recorde histórico de 6% do **PIB**, disse, citando cálculos do Tribunal de Contas da União (TCU), que estão alinhados aos do governo.

Assim, é possível aumentar as receitas sem criar **tributos** novos ou elevar as alíquotas atualmente cobradas. Trata-se de fazer a arrecadação retornar a seus níveis históricos. Ou, como gostam de dizer o ministro e seus secretários, recomporá base tributária.

"Onde houver distorções, vamos olhar", disse um membro da equipe econômica. Esse é um trabalho que seria feito independentemente de o governo ter metas fiscais ambiciosas a cumprir.

Outra fonte cita como exemplo de sucesso o programa de autorregularização oferecido pela Receita para empresas que utilizaram incentivos fiscais estaduais em custeio para

reduzir o pagamento de dois **tributos** federais: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Essa brecha foi fechada com a ajuda do Congresso Nacional, que aprovou no ano passado a Lei 14.789. Estimuladas por descontos, empresas estão acertando as contas.

Também foi dada uma chance para empresas que deixaram de pagar **impostos** federais com base no Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse) corrigirem sua situação. A Receita identificou 2.239 casos de contribuintes que se beneficiaram do programa sem estar habilitadas nele.

Foi feito um raio-x nos incentivos fiscais. Até o ano passado, simplesmente não se sabia qual benefício tributário era utilizado por qual empresa. Neste ano, a recém-criada Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi) jogou luz nessa questão.

Os casos de uso supostamente indevido do Perse foram identificados a partir dessas declarações. Cruzamentos serão feitos para verificar se empresas beneficiadas preenchem os requisitos para utilizar outros programas que dão direito a descontos nos **impostos** e contribuições federais.

O governo aposta nesse "pente-fino" dos incentivos fiscais para elevar a arrecadação em pelo menos R\$ 10 bilhões em 2025. Há nos bastidores quem espere algo mais perto dos R\$20 bilhões.

As medidas de reforço de arrecadação servirão de suporte para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que será apresentado até o dia 30. Também são aguardadas medidas para reforçar o "pente-fino" nas despesas, com o qual se espera economizar R\$ 25,9 bilhões.

Em vez do déficit zero prometido para este ano, a proposta orçamentária de 2025 precisará indicar receitas maiores do que despesas, com um saldo

positivo equivalente a 0,25% do **PIB**. Mais ceticismo do mercado à vista.

Civilidade

A conformidade é a grande aposta da **Receita Federal** para uma nova forma de relacionamento com os contribuintes. Em vez da disputa leão versus sonegador, é proposto um diálogo que ajude a reduzir longas e custosas discussões na Justiça.

Nesta semana, 20 empresas aderiram ao projeto-piloto do Confia, o programa de conformidade da Receita para grandes contribuintes. Há outro, chamado Sintonia, para empresas de qualquer porte. Ambos poderão ser aprofundados com a aprovação do Projeto de Lei 15/2024, em análise no Congresso Nacional.

O PL também estabelece critérios para determinar o que são devedores contumazes e puni-los. São aqueles que não pagam **impostos** nem jamais pretenderam fazê-lo. Descritos nos bastidores como "picaretas" e "bandidos", estabelecem concorrência predatória com as que andam na linha.

Nos países em que foram implementados com sucesso, programas como o Confia ajudaram a reduzir custos de conformidade e insegurança jurídica. São dois pontos fracos do ambiente de negócios no Brasil.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1§ion=1>

Ex-coach omite da Justiça Eleitoral R\$ 21,7 milhões

HYN DARA FREITAS EANA FLÁVIA PILAR SÃO PAULO

Candidato do PRTB à prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal omitiu uma empresa e informou valores menores no capital de outras duas em sua declaração de bens à Justiça Eleitoral, deixando de registrar um total de R\$ 21,7 milhões. O caso foi revelado pelo UOL e confirmado pelo GLOBO.

Já o apresentador José Luiz Datena (PSDB) declarou R\$ 38,9 milhões, o segundo maior patrimônio, ficando atrás apenas de Marçal, com R\$ 193,5 milhões. Em sabatina realizada pelo jornal "Folha de S. Paulo", o tucano se definiu como "um cara de classe média remediada" e disse estar "longe de ser rico".

-Eu estou um cara muito longe de ser rico. Perto de muitos apresentadores, eu diria que sou até um cara de classe média remediada - afirmou Datena na ocasião.

No caso do candidato do PRTB, uma das empresas declaradas é a Marçal Participações LTDA. Ele informou deter 90% da companhia, um valor de R\$ 450 mil. Entretanto, na **Receita Federal** consta que a empresa tem capital social de R\$ 2.839.417. Ou seja, se ele tem 90% da empresa, o valor real de sua participação seria de R\$ 2.555.475 -o que significaria que ele omitiu mais de R\$ 2 milhões ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O influenciador também declara ter 50% da Marçal Holding LTDA, que, segundo o informado à Justiça Eleitoral, vale R\$ 500 mil - portanto, sua participação é de R\$ 250 mil. Mas os dados declarados ao TSE divergem daqueles na base da Receita, onde consta que a empresa vale, na verdade, R\$ 39.743.183. Assim, como a sua participação é de metade da empresa, o valor correto seria de R\$ 19.871.591 - a outra metade é de sua esposa, Ana Carolina de Carvalho Marçal.

Outra omissão é referente a uma empresa que não foi declarada, mas da qual Marçal é sócio, a Fiat Participações. A companhia é metade do ex-coach, metade de sua esposa, e ela vale ao todo R\$ 1 milhão. Portanto, neste caso a omissão seria de R\$ 500 mil.

A campanha de Marçal foi procurada para comentar, mas não se pronunciou até o fechamento desta

edição.

Ao todo, Pablo Marçal declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R\$ 193,5 milhões em bens e aplicações, o dobro do total informado em 2022, quando ele disputou uma vaga na Câmara dos Deputados. O ex-coach chegou a ser eleito, mas seu registro foi indeferido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

TERRENOS E PREVIDÊNCIA

Em relação a Datena, o apresentador declarou terrenos em Santa Catarina, Jundiaí, Estrada do Bonfim e Tamboré, que somam R\$ 2,46 milhões. Ele também informou a posse de uma casa em Tamboré e de um apartamento em Florianópolis, avaliados, juntos, em R\$ 3,8 milhões, além de R\$ 15,71 milhões em planos de previdência.

Datena ainda tem vagas em garagens, depósitos bancários, quotas em uma empresa de publicidade e aplicações de renda fixa (CDB, RDB e outros).

Atualmente, o apresentador aparece empatado com Marçal em terceiro lugar na disputa, na margem de erro. Dados do agregador de pesquisas Rali, do GLOBO em parceria com o Instituto Locomotiva, apontam que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) mantém pequena vantagem em relação ao deputado federal Guilherme Boulos (PSOL), que aparece em segundo lugar. O cálculo foi feito após as divulgações dos levantamentos Datafolha e Atlas.

R\$ 193,5 milhões É o patrimônio declarado por Pablo Marçal (PRTB) à Justiça Eleitoral. O valor é o dobro do informado nas eleições de 2022

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto sobre previdência privada recebida como herança: entenda a regra hoje e o que pode mudar

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o texto-base da segunda etapa da regulamentação da **Reforma Tributária**.

O texto trata das regras do comitê gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser arrecadado por estados e municípios, mas também prevê a cobrança pelos estados do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre recursos depositados em planos de previdência privada transmitidos a beneficiários por meio de heranças.

Foram votos 303 favoráveis e 142 contrários - eram necessários 257 votos, numa votação viabilizada por uma reunião de líderes que durou mais de quatro horas, durante a tarde.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), deixou os destaques (propostas de alteração do texto) para serem votados hoje. Só depois dessa etapa o projeto segue para a avaliação do Senado, onde já aguarda votação o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da reforma, aprovado pela Câmara em julho.

A previsão da cobrança do ITCMD neste caso tem como objetivo resolver o atual nó tributário apontado por especialistas: a maior parte dos estados brasileiros já cobram o imposto sobre planos de previdência privada - do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) - no momento da transferência para herdeiros, mas não havia uma regra uniforme para isso.

Os deputados estabeleceram que os investidores que ficarem mais de cinco anos no produto financeiro do tipo VGBL, a contar da data do aporte inicial, serão isentos do ITCMD, que é de competência estadual. Além disso, a tributação não incidirá sobre planos de natureza de seguro.

Mas há um obstáculo no radar: a votação na Câmara poderá ser afetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que discutirá na próxima semana se o ITCMD se é possível ser cobrado tanto sobre o PGBL quanto sobre o VGBL em caso de falecimento do titular. O julgamento, que terá repercussão geral, ocorrerá no

plenário virtual, entre os dias 23 e 30 de agosto.

Veja como são as regras hoje e como elas podem ficar com o novo texto:

Quais são as regras para a cobrança de ITCMD sobre previdência privada nos planos VGBL e PGBL?

As regras sobre a cobrança do ITCMD sobre os planos de previdência privada, como o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) e o PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) variam conforme a legislação de cada estado.

Os recursos do PGBL costumam estar mais sujeitos ao ITCMD por integrar o patrimônio a ser dividido entre os herdeiros. Já os planos do tipo VGBL podem ou não ser tratados como seguro de vida porque o valor pago ao beneficiário é uma indenização similar a um seguro.

Segundo Guilherme Costa Val, coordenador tributário do escritório Ayres Ribeiro Advogados, as secretarias estaduais de Fazenda (Fisco estadual) tendem a desconsiderar a operação quando percebem que o VGBL foi utilizado de forma fraudulenta, constituindo abuso de direito, para que o patrimônio fosse transferido para terceiros. Portanto, ficando sujeito ao ITCMD.

Quais estados cobram ITCMD sobre valores acumulados em previdência privada, especificamente para VGBL e/ou PGBL?

Rodrigo Caserta, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, diz que boa parte dos estados já cobra ITCMD sobre planos de previdência privada - do tipo VGBL e PGBL - no momento da transferência para herdeiros.

São eles: Minas Gerais, Paraná, Goiás, Ceará, Maranhão, Paraíba, Sergipe, Acre e Rio de Janeiro. Não há, porém, uma regra uniforme. O STF, inclusive, discute a constitucionalidade da cobrança em caso de falecimento do titular.

Qual é a faixa percentual de ITCMD aplicada à

previdência privada?

Cada estado fixa hoje a sua própria alíquota, que pode variar de 1% a 8%. Frequentemente, segundo os advogados, o percentual gira em torno de 4% a 8%.

O projeto da Câmara, ainda, estabelece ainda que o Senado vai fixar o limite máximo de cobrança do ITCMD. Hoje alguns estados cobram 8%.

Apesar de a alíquota máxima ser de decisão dos senadores, os estados poderão definir a progressividade, ou variação, das alíquotas e quem se enquadra nas chamadas grandes fortunas. Porém, será preciso aplicar a alíquota máxima para "grandes patrimônios", definição que será regulamentada em lei estadual.

O imposto é cobrado no momento da transmissão (falecimento do titular) ou apenas quando os valores são resgatados pelos beneficiários?

Segundo Costa Val, as estados hoje não têm esperado o valor e, se percebe a transferência, já costumam atuar. No entanto, conforme explica Carolina Pereira Rezende, advogada especialista em direito tributário do Briganti Advogados, o herdeiro é quem deve proceder com o pagamento do ITCMD, a partir da data do óbito, para conseguir ter acesso aos valores da previdência.

Carolina explica ainda que, pelo projeto de lei a ser votado na Câmara, há uma previsão de que as instituições financeiras já realizem o desconto antes de transferir os valores aos beneficiários. Mas, por ora, a responsabilidade de pagamento é do herdeiro.

Como ficariam as regras para a cobrança de ITCMD sobre previdência privada, com o texto aprovado na Câmara?

Tanto o PGBL quanto o VGBL seriam tributados pelo ITCMD e sua competência permaneceria com os estados. Mas os especialistas em direito tributário avaliam que já há um entendimento entre o que deve ser cobrado de cada um dos planos.

Carolina, advogada do Briganti Advogados, destaca que a Superintendência de Seguros Privados (Susep) já possui entendimento de que o VGBL possui caráter securitário. Portanto, é de se esperar que não seja tributado.

- O STJ já possui a jurisprudência pacífica de que não incide o imposto sobre VGBL, justamente por causa dessa natureza de seguro - diz.

Já no caso do PGBL, a advogada avalia ser difícil

afastar a incidência de imposto porque já se construiu um entendimento de que esse tipo de plano privado de previdência seria aplicação financeira de longo prazo.

- Alguns deputados querem pelo menos tentar instituir que o PGBL não sofra incidências de ITCMD caso tenha sido construído há mais de cinco anos. Mas muita coisa ainda pode mudar - ela afirma.

O que o STF vai analisar?

O Supremo Tribunal Federal vai discutir na próxima semana se é possível ser cobrado tanto sobre o PGBL quanto sobre o VGBL em caso de morte do titular.

O julgamento ocorrerá no plenário virtual, entre os dias 23 e 30 de agosto. O relator é o ministro Dias Toffoli. Há dois anos, o STF decidiu que o caso deve ter repercussão geral.

O caso chegou ao STF devido a uma lei do Rio de Janeiro, que autorizava a cobrança em caso de morte do titular no PGBL e no VGBL. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), no entanto, considerou a cobrança sobre o VGBL inconstitucional. O entendimento foi questionado no STF.

No TJRJ, o entendimento foi de que o VGBL funciona como um seguro de pessoa. Já o estado do Rio alegou, no recurso ao STF, que se trata de um seguro por sobrevivência, e não de vida, e que por isso seria destinado ao próprio beneficiário.

- (O STF vai) Avaliar se, no momento do falecimento do titular do plano haveria ou não uma transmissão causa mortis dos valores apta a justificar a incidência do ITCMD, ou se nós estaríamos diante de valores que se configurariam recorrentes de um seguro e, conseqüentemente, não estariam nessa base de incidência - afirma Caroline Pomjé, professora da FGV Direito SP.

Houve mudança no ITBI?

O texto também altera a forma de cobrança do Imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI), de competência municipal. Poucos minutos antes do início da sessão de votação, o relator do projeto, deputado Mauro Benevides (PDT-CE), protocolou um novo parecer atendendo uma das principais demandas do setor imobiliário.

O deputado permitiu a cobrança do ITBI antes do registro do imóvel, desde que esse seja o desejo do contribuinte, com alíquota reduzida em pelo menos 50%. Ou seja, quem pagar na assinatura do compromisso de compra e venda terá alíquota menor. O projeto original tornava obrigatória a cobrança

antecipada. Hoje, o ITBI é cobrado após a transferência ser formalizada.

O projeto também estabelece que a base de cálculo será com base numa tabela estabelecida pelos municípios, e não o valor normal de compra e venda.

O que ficou definido sobre o comitê gestor do IBS?

O texto também define como será o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser arrecadado por estados e municípios. O IBS é parte do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) criado com a **Reforma Tributária**, cujo braço federal é a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

O comitê será responsável por administrar e fiscalizar o imposto de estados e municípios - uma espécie de **Receita Federal** de entes subnacionais. O texto cria um processo administrativo sobre a cobrança do imposto, uma espécie de novo **Carf** (que funciona como um tribunal da Receita), formado por três instâncias de decisão.

Contribuintes poderão participar da última instância de decisão do Comitê Gestor e nas demais etapas do processo administrativo.

A diretoria de fiscalização do Comitê Gestor vai fazer uma coordenação para evitar que auditores de entes diferentes cobrem o mesmo tributo, mas a informação será compartilhada com os demais estados e municípios. Pela proposta, as diretorias do comitê terão pelo menos 30% de mulheres.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/14/imposto-sobre-previdencia-privada-recebida-como-heranca-entenda-a-regra-hoje-e-o-que-pode-mudar.ghtml>

Despesa do INSS em 2025 pode estar subestimada

Jéssica Sant"Ana De Brasília

Cálculos preliminares indicam que as estimativas do governo para o gasto com benefícios previdenciários em 2025 podem estar subestimadas, na avaliação de especialistas e técnicos do Executivo. O cenário pode resultar na abertura artificial de espaço no Orçamento para outras despesas, como investimentos e custeio da máquina pública, e, no limite, comprometer o cumprimento das metas fiscais para o ano que vem.

Como informou o Valor na semana passada, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) projetou para 2025 despesas de R\$ 964 bilhões com benefícios previdenciários pela chamada ótica orçamentária. Essa conta não inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o **INSS** e os regimes próprios.

O montante representa alta de 7,3% na comparação com os R\$ 898,45 bilhões esperados para este ano, e foi enviado como subsídios para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Na peça, ainda entrarão gastos com sentenças e Comprev.

Mesmo com a expectativa de alta, a estimativa pode estar subestimada, de acordo com um técnico do próprio governo e economistas.

O ponto de partida do cálculo do **INSS** é um dos motivos de preocupação. O órgão se baseou na projeção de gasto disponível no terceiro relatório bimestral de reavaliação do Orçamento deste ano, publicado no fim de julho. Analistas e instituições financeiras já apontaram que o dado deve estar subestimado entre R\$ 7 bilhões e R\$ 17 bilhões. Ou seja, se o montante efetivamente gasto em 2024 for maior do que o que se espera hoje, as despesas no ano que vem também serão maiores que o previsto, por causa da base de comparação.

Também há dúvidas sobre o ritmo de crescimento dos benefícios estimado. O **INSS** espera que a chamada taxa de crescimento vegetativo fique em 2,16% em 2025. Na avaliação de um técnico do governo, a estimativa é "bem baixa".

Há divergências, no entanto, sobre como a fila de requerimentos de benefícios vai se comportar. Uma ala de técnicos considera que os pedidos vão voltar à

normalidade no ano que vem, quando a espera estiver praticamente zerada e não estará mais em vigor o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que paga um bônus aos servidores que analisam os pedidos em contraturno.

Já outra ala teme que a média de 1 milhão de requerimentos mensais, verificada desde outubro do ano passado, seja o "novo normal". Em junho, por exemplo, houve 1,28 milhão de novos requerimentos, 29,1% mais que em dezembro de 2023. As causas para o aumento

estão sendo estudadas. Esse cenário com mais requerimentos pressionaria o ritmo de concessão de novos benefícios.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, calcula que a projeção do **INSS** para benefícios previdenciários estaria subestimada em R\$ 16,4 bilhões. A conta é justificada pela expectativa de R\$ 12 bilhões a mais de gastos neste ano e pela projeção do impacto de um salário mínimo de R\$ 1.513 em 2025.

Sbardelotto, contudo, tem a mesma projeção que o governo para o crescimento vegetativo de benefícios (2,16%). "Essa hipótese, contudo, considera efeitos parciais da revisão de benefícios programada para os próximos meses."

Rogério Nagamine, economista especialista em **Previdência Social**, considera que a taxa de crescimento vegetativo de 2,16% é baixa. "De janeiro a junho de 2024, o estoque de benefícios cresceu 2%. Então, estão usando uma taxa que é o que cresceu no primeiro semestre de 2024 para o ano de 2025 como um todo, gerando alto risco de subestimativa", destacou.

Para Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), o cenário de gastos subestimados é possível. "Ainda mais com as dificuldades que temos observado em relação à discussão da elaboração do Orçamento", observa.

Procurado, o **INSS** solicitou que o Valor procurasse o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para tratar do assunto, apesar de as projeções serem da autarquia. A pasta não comentou.

Tiago Sbardelotto, da XP, calcula que projeção do **INSS** para benefícios está subestimada em R\$16,4 bilhões

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1§ion=1)**

Fechado acordo para votar compensação à desoneração

Caetano Tonet, Julia Lindner e Jéssica Sant"Ana De Brasília

Após meses de negociações, Executivo e Legislativo chegaram a um acordo para a votação, nesta quarta-feira (14), do projeto de lei que aponta as medidas compensatórias para a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e municípios de até 156 mil habitantes. Em caso de avanço, a matéria segue para a apreciação da Câmara dos Deputados.

O principal obstáculo foi superado após o governo recuar da ideia do Ministério da Fazenda de aumentar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) como forma de compensar a desoneração. Com a resistência do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e dos pares, o líder do

governo no Senado e relator do projeto, Jaques Wagner (PT-BA), alinhou a retirada do dispositivo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Como parte do acordo, a proposta de aumento da CSLL pode voltar à tona caso as propostas do Congresso se provem insuficientes.

Haddad confirmou os termos do acordo com o Congresso. "Para evitar da agenda não andar, o que nós falamos foi: vamos votar então as propostas do Senado, se o valor arrecadado superar as nossas expectativas e compensar a escadinha da reoneração, ficamos por aqui. Caso contrário, a gente volta pra mesa até o fim do ano pra resolver o problema da compensação", relatou o ministro.

Pacheco destacou que com o acordo foi possível "virar a página" sem o aumento de **impostos**. "Encaminhamos um bom acordo. Já há a concordância do governo de que não deve alterar **impostos**, especialmente Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que era uma pretensão nossa do Senado. Tentar sustentar a compensação da desoneração da folha de pagamento com medidas que não representem aumento de imposto", afirmou Pacheco.

Entre as propostas apresentadas pelo Senado para compensar a desoneração estão medidas como a repatriação de recursos do exterior, a atualização de ativos, a criação de uma espécie de "Desenrola" das multas aplicadas pelas agências reguladoras e a

taxação para compras internacionais de até US\$ 50.

Além das sugestões da Casa, Wagner afirmou que irá incluir nas compensações os recursos que o governo pretende arrecadar com o pente-fino no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo o Ministério da Previdência, o governo federal estima economizar R\$ 20 bilhões na revisão dos benefícios previdenciários.

Jaques Wagner disse que acertou com a Fazenda que o governo implemente "pra ontem" as medidas para compensar a desoneração através de decretos, portarias e até a edição de medidas provisórias (MPs).

"Eu já pedi para a Fazenda para implementar o mais rápido possível todos os programas que estão sugeridos no projeto. Não precisa esperar o projeto ser aprovado, na medida que ele vai para a Câmara ainda, mas ele pode começar a implementar", pontuou. "Se depender de medida provisória, ele publica e eu não vejo problema nenhum de ser aprovado aqui", acrescentou Wagner.

O líder não detalhou o formato de implementação das medidas arrecadatórias, mas garantiu que o governo está empenhado em cumprir o acordo firmado com o legislativo e os setores da economia.

"O que for necessário fazer do ponto de vista de legalidade será feito", declarou Wagner.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes.

É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que cidades com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula.

Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração.

A iniciativa mais recente desse processo de negociação é a busca por um acordo entre governo e Congresso em torno da compensação da medida.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1§ion=1)**

Reforma terá imposto em previdência privada

BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem o texto-base da segunda etapa da regulamentação da **reforma tributária**. Os deputados ainda irão votar sugestões de alteração na proposta, que segue, em seguida, para o Senado. O texto trata das regras de administração do comitê gestor do imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser arrecadado por estados e municípios.

A proposta também prevê a controversa cobrança de imposto sobre herança de previdência privada. Deputados votaram o projeto após uma reunião entre líderes que durou mais de quatro horas, durante a tarde. O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação foi aprovado pela Câmara em julho e está no Senado.

O texto autoriza estados a taxarem recursos depositados em planos de previdência privada transmitidos a beneficiários por meio de heranças. Isso será feito no momento da transferência da titularidade.

Os deputados estabeleceram que os investidores que ficarem mais de cinco anos no produto financeiro, a contar da data do aporte inicial, serão isentos do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - que é de competência estadual.

A permissão para os estados taxarem os planos chegou a ser incluída numa primeira versão da proposta, mas foi retirada por decisão do presidente Lula.

Atualmente, alguns estados já cobram ITCMD sobre planos de previdência privada - do tipo VGBL e PGBL - no momento da transferência para herdeiros. Mas não há regra uniforme, e isso é alvo de disputas na Justiça.

Por isso, os estados queriam estabelecer um padrão para a cobrança desse imposto. A ideia é evitar que a **previdência complementar** seja usada como planejamento sucessório.

O projeto estabelece ainda que o Senado vai fixar o limite máximo de cobrança do ITCMD. Hoje alguns estados cobram 8%.

Apesar de a alíquota máxima ser de decisão dos

senadores, os estados poderão definir a progressividade, ou variação, das alíquotas e quem se enquadra nas grandes fortunas. Porém, será preciso aplicar a alíquota máxima para "grandes patrimônios", definição que será regulamentada por meio de lei estadual.

INSS pede R\$ 545 milhões extras à equipe econômica em 2025 para manter sistema funcionando

O Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) enviou ofício ao Ministério do Planejamento solicitando cerca de R\$ 545 milhões a mais do que previsto no Orçamento do ano que vem para custear despesas com serviços e pessoal, e manter o sistema previdenciário funcionando em 2025.

O Planejamento, em decisão conjunta com a Casa Civil, enviou ao órgão a previsão de R\$ 1,9 bilhão para o orçamento em 2025. Esse valor ainda pode ser atualizado e a decisão final constará na proposta orçamentária formal, que será enviada ao Congresso no dia 31 de agosto.

A autarquia, no entanto, alega que o montante previsto não será suficiente para custear suas despesas no ano que vem. O Instituto alega que serão necessários R\$ 2,4 bilhões para arcar com os custos.

Segundo o ofício, os serviços de processamento de dados de benefícios previdenciários serão os mais afetados diante do orçamento previsto. O **INSS** pede a suplementação de R\$ 308,4 milhões para manter o contrato com a Dataprev, empresa que cuida do processamento de dados e pagamentos de aposentados da Previdência.

O órgão ainda pede mais R\$ 161,5 milhões para a manutenção do atendimento a clientes da Previdência.

Segundo o documento, também serão necessários mais R\$ 57 milhões para custos com "Administração da Unidade", incluindo despesas com modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, cursos de educação e qualidade de vida para servidores e obras nas unidades de atendimento do **INSS**.

Vinculado ao Ministério da **Previdência Social**, o **INSS** é responsável pela gestão e pagamento das aposentadorias e outros benefícios do governo.

Segundo o Instituto, a insuficiência orçamentária "gerará impacto nos serviços considerados essenciais para o cumprimento das atividades finalísticas da Autarquia, tornando inviável o cumprimento de sua missão institucional e comprometendo o bom funcionamento do **INSS** em 2025."

No total, o **INSS** pediu suplementação de orçamento nas seguintes áreas:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/14/inss-pede-r-545-milhoes-extras-a-equipe-economica-em-2025-para-manter-sistema-funcionando.ghtml>

Taxação em plano de previdência deixado como herança avança em texto da reforma

ALVARO GRIBEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem à noite, por 303 votos a 142, o texto-base do segundo projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária**. O texto determina a forma de funcionamento de Comitê Gestor, órgão que vai atuar para arrecadar e fiscalizar o rateio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - novo tributo criado para Estados e municípios. A análise dos destaques (sugestões de alteração no texto principal) ficará para hoje. Depois, o projeto seguirá para o Senado.

A proposta retoma ainda a cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - o imposto sobre herança - em planos de previdência privada. O texto aprovado estabelece, porém, que investidores que ficarem mais de cinco anos no VGBL serão isentos.

Já o PGBL será tributado independentemente do prazo. A ideia é evitar o planejamento tributário na sucessão dos bens, de modo a evitar a fuga do pagamento de **tributos**. "As pessoas mais ricas passavam anos aplicando em fundos, CDBs e todos os tipos de letras.

Mas depois, quando alcançavam 70 ou 75 anos, migravam para o VGBL, para fazer planejamento tributário e não pagar o ITCMD", afirmou o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), durante a leitura do seu relatório, em plenário. "Pelo acordo, o VGBL previdenciário que ficar no mínimo cinco anos não paga o imposto." O secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, defendeu a medida em entrevista ao Estadão, apesar de o governo ter retirado a cobrança do texto encaminhado ao Congresso. A tributação foi retomada pela Câmara.

Em junho deste ano, o Estadão revelou que a minuta do projeto de lei elaborado pela equipe econômica previa a cobrança do imposto de herança sobre a previdência privada. Com a repercussão negativa após a publicação da reportagem, a cobrança foi retirada do texto, sob determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto aprovado pelos deputados também especifica, como previa a Fazenda na minuta do projeto, que a

tributação incidirá apenas sobre os planos que visem ao planejamento sucessório - ou seja, que tenham natureza de aplicação financeira, e não de seguro. "Com VGBL securitizado, com característica de seguro, ficou integralmente isento de pagamento de ITCMD", afirmou Benevides.

O contrato do plano já distingue o aporte acumulado ao longo dos anos do valor de uma eventual indenização - e é nisso que a tributação vai se basear.

Por exemplo: se o pai falecido acumulou R\$ 1 milhão em aportes em VGBL e a indenização pela morte é de R\$ 2 milhões, o filho pagará ITCMD sobre R\$ 1 milhão.

Os R\$ 2 milhões da indenização ficarão isentos do tributo estadual. A mesma lógica vale para a indenização por invalidez.

ITBI. O projeto de lei também propôs mudanças na cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), tributo municipal e do Distrito Federal pago pelo comprador do bem.

O texto possibilita que a taxação ocorra no momento da formalização do contrato de compra e venda. Hoje, a taxação está prevista na efetiva transferência da propriedade, que só é concluída após o registro no cartório e a alteração na matrícula do bem.

Segundo Benevides, porém, caberá ao contribuinte decidir se quer pagar antecipado, para se beneficiar de descontos que poderão ser oferecidos pelos municípios. "Havia dúvida se o pagamento do ITBI poderia ser feito antes do registro do imóvel.

Como isso gerou muita controvérsia, mantivemos a questão do pagamento no registro, mas abrimos a possibilidade de as prefeituras cobrarem alíquota menor, se assim for a vontade do contribuinte."

As diferenças

I O que são

PGBL e VGBL são os principais planos de previdência privada oferecidos no mercado hoje. PGBL é uma sigla para Plano Gerador de Benefício Livre. Já VGBL quer dizer Vida Gerador de Benefício Livre

I Como funciona o PGBL

Os dois planos são semelhantes, mas há diferença na tributação. O PGBL leva vantagem na cobrança para prazos mais longos, de 20, 30, 40 anos. Nesse plano, o detentor pagará o Imposto de Renda sobre o montante total resgatado ou recebido sob a forma de renda

I Como funciona o VGBL

Já o VGBL funciona como um fundo tradicional de ações ou renda fixa e o investidor paga Imposto de Renda sobre os rendimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto prevê medida contra "doação disfarçada" entre sócios

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Aprovado ontem pela Câmara dos Deputados, o texto-base do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** prevê a cobrança de imposto sobre herança quando houver a distribuição de dividendos entre sócios de uma empresa sem respeitar a composição acionária. O objetivo é evitar o que seria uma doação disfarçada entre os sócios.

O texto, contudo, estabelece um teto de um terço sobre a alíquota do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) - o imposto sobre herança - aplicada em cada Estado.

"A distribuição precisa respeitar a cota", afirmou o deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), relator do texto na Casa.

Na visão do economista e tributarista Eduardo Fleury, fundador do escritório FCR Law e chefe da área de direito tributário, a medida é correta, mas precisará ser bem regulamentada para não gerar distorções.

"Os arranjos societários, tipo cisão ou fusão, e até mesmo distribuição de dividendos de forma desproporcional podem disfarçar doações caso não tenham propósitos negociais.

No entanto, a aplicação dessa regra deve ser cuidadosa, pois é comum haver distribuição desproporcional em empresas e, às vezes, os motivos negociais não são tão explícitos." Já Luiz Gustavo Bichara, procurador especial tributário do Conselho Federal da OAB, avalia que a proposta é "grosseiramente inconstitucional".

"O projeto é inusitado, pois acaba querendo revogar, por vias indiretas, a prerrogativa legal de distribuição desproporcional de lucro. Dividendo não é doação", disse.

Para o gerente de relações governamentais da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Hugo Leal, a preocupação do Congresso é válida, mas o instrumento, equivocado. "É uma preocupação que a Receita tem de tributar a distribuição disfarçada de lucro.

Só que está muito relacionada ao Imposto de Renda,

mas, neste caso, acho que tem um instrumento inadequado que seria essa incidência de ITCMD", afirmou ele.

Polêmica Previsão de cobrança de imposto já gera divisão entre tributaristas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Senado vota hoje projeto sobre dívidas dos estados

Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, adiou para hoje a votação no plenário do projeto de sua autoria que trata da renegociação dos débitos dos estados. O PLP 121/2024 cria o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) para promover a revisão dos termos do endividamento dos estados e do Distrito Federal com a União. "Neste instante, na sala da Presidência do Senado, o relator da matéria, senador Davi Alcolumbre [União-AP], está recebendo o Ministério da Fazenda, representantes do Tesouro Nacional e os líderes do governo para poder definir o texto final do projeto, que está praticamente acabado. Há alguns pontos que precisam ser refletidos", disse Pacheco, em entrevista coletiva.

A proposta autoriza desconto nos juros, prazo de 30 anos para pagamento, a possibilidade de os estados transferirem ativos para a União como parte do pagamento e exigências de investimento em educação, saneamento, habitação, adaptação a mudanças climáticas, transporte e segurança pública como contrapartida. Para Pacheco, o modelo atual impossibilita a quitação das dívidas. Um dos estados que se enquadram na proposta é Minas Gerais, que tem dívida de cerca de R\$ 165 bilhões com a União.

Segundo Pacheco, Davi Alcolumbre apresentará o seu relatório depois dialogar com os representantes do Ministério da Fazenda, do Tesouro e outros parlamentares. Foram apresentadas 47 emendas de senadores ao projeto até a tarde de ontem.

O ingresso no Propag será por pedido de adesão do estado que tiver dívidas com o Tesouro Nacional até 31 de dezembro de 2024. A estimativa é a de que as dívidas estaduais somam hoje mais de R\$ 765 bilhões - a maior parte, cerca de 90%, diz respeito a outros três estados, além de Minas Gerais: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás.

Pacheco acentuou que "há um senso geral de que esse problema da dívida dos estados é o maior problema federativo do Brasil, e que precisa ser solucionado". "Recebi agora há pouco o telefonema do líder Otto Alencar, do PSD, que é da Bahia, que é um estado não endividado, que não tem uma grande dívida, manifestando solidariedade aos estados endividados, uma concordância com o projeto. É uma ilusão achar que IPCA mais 4% sobre esse histórico de dívida vai ser um dia pago. Não será. Então, há

esse sentimento geral dos estados, do governo federal, do Ministério da Fazenda, do Senado Federal. Conversei com o presidente [da Câmara dos Deputados] Arthur Lira também, que está muito sensível a essa questão. Então, acho que nós estamos encaminhando uma solução federativa.

O presidente do Senado destacou que não há plenitude de satisfação para nenhum dos lados porque há sempre algum tipo de pretensão resistida ou de pretensão não concretizada, mas disse que há um senso comum em torno do equacionamento da dívida dos estados. "Estamos confiando nesse senso comum de um princípio constitucional de cooperação e solidariedade federativa para que todos os estados estejam imbuídos dentro desse mesmo propósito de resolver o problema dos estados endividados e permitir que estados que possam futuramente contrair algum tipo de dívida não sejam sujeitos a esse juro de 4% mais IPCA que, de fato, é impagável.

Ainda em relação ao projeto da dívida dos estados, Pacheco apontou o esforço do governo federal e da União de poder equacionar a questão federativa, "que é muito grave". "Há alguns temas que são temas controvertidos, em que houve pretensões, algumas acatadas, e nós vamos para o debate no plenário do Senado e vamos decantar todas essas questões e chegar a um denominador comum que interessa a todos os estados federados, endividados ou não, os não endividados também participarão dessa cota do fundo de equalização de uma maneira muito significativa por esse critério de distribuição pelo FPE, e também o conforto à União, de que está solucionando o problema dos estados. Há pontos controvertidos, mas todos muito bem encaminhados, em um discurso civilizado. No bom diálogo, nós vamos chegar no bom termo", emendou.

desoneração

Durante a entrevista, Pacheco disse ainda que pretende resolver esta semana não apenas a questão da dívida dos estados, mas também os projetos da desoneração da folha de pagamento de empresas de setores da economia, e Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que trata do parcelamento especial de débitos dos municípios. Sobre o Projeto de Lei 1.847/2024, ele afirmou que que há dúvida e controvérsias sobre o texto, que

busca atender ao acordo firmado entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre a Lei 14.784/2023, que prorrogou a desoneração por quatro anos e deverá ser votado no plenário hoje também.

"Em relação à desoneração, encaminhamos bom acordo, já há concordância do governo de que não deve alterar **impostos**, principalmente a contribuição social sobre o lucro líquido, que era uma pretensão nossa, do Senado, tentar sustentar a compensação da desoneração da folha de pagamento com medidas que não representem aumento de imposto", declarou. "Esse é o nosso intuito. Há programas estruturados nesse sentido, como a repatriação de recursos no exterior, regularização de ativos, atualização de valor de ativos. Há um bom encaminhamento, uma boa notícia hoje do governo federal, com a aceitação nesse sentido. Eu acho que nós conseguimos virar a página da questão da desoneração essa semana", completou o senador.

"Se conseguirmos essa combinação de equacionar o problema da dívida dos estados, com esse projeto de lei complementar; virar a página da desoneração, apresentando a fonte de compensação; e votar a PEC 66, vai ser uma grande realização do Senado Federal. Óbvio que há conflitos de interesses da Federação, estados que pretendiam de um modo e outros estados de outro, há estados endividados e não endividados, estados cujo fundo de equalização pela distribuição do FPE [Fundo de Participação dos Estados] são favorecidos, outros são menos favorecidos, mas há uma lógica geral dos estados", avaliou o senador.

Site: <https://digital.em.com.br>

BNDES pode repassar mais de R\$ 15 bi à União, diz Mercadante

VINÍCIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

Com lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões no primeiro semestre, o BNDES poderá aumentar ainda mais os repasses para a União, na forma de dividendos. Segundo o presidente da instituição financeira, Aloizio Mercadante, há a intenção de ir além dos R\$ 15 bilhões já aprovados para este ano, com o intuito de contribuir com o "esforço" do Ministério da Fazenda de equilibrar as contas do governo.

Com os valores já aprovados, o BNDES responderá por pouco mais de 25% do total da receita esperada pelo governo com o lucro das estatais. Conforme o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira mais recente, do terceiro bimestre, a previsão do governo é receber um total de R\$ 58,3 bilhões em "dividendos e participações" este ano. No primeiro semestre, já foram arrecadados R\$ 35,4 bilhões dessa fonte.

-Vamos pagar um volume de dividendos inédito. Vamos transferir (um valor total equivalente a) mais do que 100% do lucro do ano passado para contribuir com a meta de superávit primário e com o esforço fiscal -disse Mercadante.

Em discurso alinhado com o do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Mercadante defendeu o ajuste das contas do governo como estratégia para possibilitar uma redução nas taxas de juros de mercado.

COM TRIBUTOS, R\$21 BI

Um dos fatores que limitam a queda da taxa básica fixada pelo Banco Central (BC) e dos juros de mercado é a percepção, por parte dos investidores, de que o desajuste nas contas públicas aumenta o risco dos títulos da dívida.

- Ninguém mais do que o BNDES quer uma taxa de juros mais baixa - afirmou Mercadante. - Precisamos baixar esse juro e vamos dar grande contribuição fiscal ao esforço do Ministério da Fazenda. Vai ser mais do que estamos anunciando hoje.

Na apresentação, o BNDES anunciou a estimativa de transferir R\$ 21 bilhões diretamente para a arrecadação primária da União, que conta para a meta, definida no novo arcabouço fiscal, de encerrar

2024 com saldo zero entre receitas e despesas públicas -o objetivo tem margem de tolerância, que acomoda um déficit de até 0,25% do PIB.

Esses R\$ 21 bilhões incluem os R\$ 15 bilhões em dividendos -repasso de lucros ao governo-e o pagamento de tributos, que o BNDES recolhe como os demais bancos.

O valor dos dividendos poderá subir até o fim do ano, segundo Mercadante. O diretor Financeiro e de Mercado de Capitais do banco, Alexandre Abreu, explicou que, dos R\$ 15 bilhões aprovados para este ano, em torno de R\$ 5 bilhões referem-se ao mínimo de 25% do lucro líquido de 2023, que ficou em R\$ 20,8 bilhões - por lei, toda empresa aberta deve repassar esse mínimo do lucro líquido de cada ano aos acionistas; no caso do BNDES, a União é a única acionista.

Esses R\$ 5 bilhões mínimos já foram pagos no primeiro semestre, conforme as demonstrações financeiras do BNDES. Também foram pagos na primeira metade do ano mais R\$ 4,7 bilhões, referentes a "dividendos complementares" do lucro líquido de 2022 -os pagamentos de dividendos, dos lucros de 2022 e 2023, somaram R\$ 10,1 bilhões até junho.

Além disso, o Conselho de Administração do banco aprovou um pagamento complementar de mais 25% do lucro líquido de 2023, de R\$ 5,276 bilhões, que será quitado até o fim do ano. Por isso, o valor total a ser pago este ano chega a cerca de R\$ 15 bilhões.

SALTO NAS APROVAÇÕES

Os pagamentos poderão ir além disso, como disse Mercadante, porque a política de dividendos do BNDES permite repassar até 60% do lucro líquido de cada ano. Além disso, há mais reservas de anos anteriores, completou Abreu.

Mercadante e os diretores do BNDES comemoraram os resultados financeiros. O lucro líquido contábil ficou 66% acima do registrado no primeiro semestre de 2023.

Quando considerado o "lucro líquido recorrente" -que exclui valores extraordinários, como dividendos

recebidos da Petrobras, da qual o BNDES é acionista - , o salto na comparação com a primeira metade de 2023 foi de 94,3%.

No desempenho operacional, o BNDES desembolsou R\$ 49,3 bilhões para financiamentos ativos no primeiro semestre, alta de 21% ante a primeira metade de 2023. As aprovações de novos financiamentos somaram R\$ 66,5 bilhões, um salto de 83% na mesma base de comparação.

Abreu ressaltou que as aprovações para a indústria saltaram 157% em relação à igual período de 2023: - Percebemos que a retomada das aprovações de crédito do BNDES é uma realidade forte em todos os setores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pastore e os caminhos e descaminhos do processo de estabilização

Sérgio Lamucci De São Paulo

O economista Affonso Celso Pastore escreveu o seu último livro em 2023. Publicada no fim de julho, poucos meses depois de sua morte, em fevereiro, a obra não poderia ser mais atual. Conhecido pelo rigor em seus estudos e análises, o ex-presidente do Banco Central (BC) esmiúça como o Brasil chegou ao atual regime de política econômica, o tripé macroeconômico, formado por regime de metas de **inflação**, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal, numa perspectiva histórica, tratando das idas e vindas nesse processo.

Intitulado "Caminhos e Descaminhos da Estabilização", editado pela Portfolio/Penguin, o livro de Pastore vem a público num momento em que o tripé macroeconômico passa por um teste importante. As incertezas sobre o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas levam a sérios questionamentos sobre a "perna" fiscal do regime de política econômica, adotado desde 1999. Já as críticas seguidas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao BC e ao nível dos juros também alimentam dúvidas sobre a política monetária a partir de janeiro de 2025, quando Roberto Campos Neto deixará a presidência da instituição e um nome indicado pelo atual governo assumirá o cargo.

Na semana passada, os economistas Pérsio Arida, Rogério Werneck, Mario Mesquita e Ilan Goldfajn, que escreveu o prefácio, comentaram o livro de Pastore no Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). O risco ao tripé macroeconômico foi um dos principais temas em discussão.

Ao falar do impacto da leitura do segundo capítulo, em que Pastore trata do caminho rumo às metas de **inflação** e à flutuação cambial, Werneck, professor da PUC-Rio, observou que é "impossível não ser tomado pela estranha e aflitiva sensação de que nós estamos assistindo ao mesmo filme, rodado ao contrário e rapidamente". Para ele, assiste-se ao "desmantelamento do tripé, ou à sua desconstrução, para usar uma palavra mais leve". A perna do superávit primário (que exclui gastos com juros) já se foi e não dá para enxergar quando voltará a ficar de pé, afirmou Werneck. "Não há nenhum exercício de dinâmica da dívida que permita supor hoje sustentabilidade fiscal nos próximos 15 anos. Tripés não ficam de pé só com duas pernas. E Deus sabe o

que vai ocorrer com a condução da política cambial e da política de metas de **inflação** depois de 1º de janeiro de 2025." No começo do ano que vem, haverá a mudança no comando do BC.

Na introdução ao livro, Pastore explica sem rodeios o tema e o objetivo da obra. "Depois de uma longa história de inflações crescentes e de sucessivos fracassos dos "planos heterodoxos", aprendemos que o controle da **inflação** requer uma âncora nominal, que desde 1999 vem sendo exercida pela política monetária organizada no regime de metas de **inflação** e de câmbio flutuante", escreve ele.

"Também aprendemos que, para cumprir o mandato de manter a **inflação** na meta, o Banco Central precisa ter independência no uso do instrumento, que por sua vez é a taxa de juros. Por fim, aprendemos que, devido à nossa longa história de dominância fiscal, e diante de uma taxa de juros real maior do que a de crescimento econômico, é necessário gerar superávits fiscais primários que mantenham a dívida pública dentro de níveis sustentáveis, que se forem ultrapassados devem obrigar

o governo a elevar os superávits primários, dimensionando-os para trazer a dívida pública de volta aos níveis dos quais ela se afastou", completa ele. Esse é "um regime de política econômica cujo apelido é "tripé da política macroeconômica", que vem sendo mantido pelos sucessivos governos, com o qual conseguimos afastar o risco da dominância fiscal, manter a **inflação** sob controle, e que nos permitiu enfrentar, com custos econômicos e sociais baixos, os choques de grande magnitude **impostos** pela crise financeira global, em 2008, e pela pandemia, em 2020".

O tripé está em vigor há 25 anos, tendo se iniciado na segunda fase do Plano Real, em 1999. "Mas logo após a reforma monetária de 1994 a âncora que prendia o nível de preços não eram as metas de **inflação** e o câmbio flutuante, mas o regime de câmbio fixo", diz Pastore. Ele observa que essa não foi a primeira vez em que o país esteve nesse regime. Com isso, o primeiro capítulo começa com uma nota sobre a experiência do Brasil no regime de câmbio fixo, ocorrido entre o final da Segunda Guerra Mundial e as reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), em 1966.

"Naqueles anos, o Brasil ainda não tinha um banco central, sendo a política monetária executada de forma precária por um departamento do Banco do Brasil. Na ausência do instrumento correto para corrigir os desequilíbrios no balanço de pagamentos, recorremos a frequentes restrições ao comércio internacional, o que encareceu as importações e plantou as sementes do protecionismo, do qual nunca mais nos livramos", diz ele. Nos dois capítulos seguintes, Pastore detalha o longo caminho para o tripé macroeconômico e o seu processo de consolidação. Nos capítulos 4 e 5, trata das crises internacionais de 2008 e 2011 e como a política econômica brasileira reagiu a elas; no capítulo seguinte, discute o impacto da pandemia da covid-19.

No epílogo, por fim, Pastore faz uma "advertência alta e clara", como ele mesmo a define, e extremamente atual. "No Brasil, o espaço fiscal, definido como a flexibilidade para aumentar os gastos, é muito estreito ou mesmo inexistente. Embora o Banco Central tenha plena liberdade de mover a taxa de juros em tomo da taxa neutra [aquela que permite o país crescer sem pressões inflacionárias] em uma intensidade que depende dos desvios da **inflação** em relação à meta, o que fixa a taxa neutra de juros é a política fiscal, e na determinação da taxa real de juros de equilíbrio entram, também, os prêmios de risco que crescem com o aumento da dívida pública."

Em seu comentário, o ex-presidente do BC Pêrsio Arida disse que, com "processos eleitorais a cada quatro anos e a estabilidade de preços sendo um bem público", dificilmente os governantes tendem a deixar o país inflacionar, "porque simplesmente perdem a eleição ou não fazem o sucessor". Mas Arida fez o seguinte questionamento. "Isso é válido até que ponto? Nós temos o tripé com uma perna que está faltando. Nada indica que isso venha a ser resolvido ou repostado num horizonte razoável. Até que ponto a política monetária sozinha consegue segurar as expectativas de **inflação**?" Arida disse que sempre pensou ser verdade a ideia de que os governantes fariam o necessário para manter a estabilidade de preços, mas indagou: isso ocorrerá mesmo desta vez ou será necessária uma enorme crise para que a política econômica se mobilize na direção correta? "Se Pastore estivesse entre nós, certamente eu colocaria essa questão a ele e eu imagino que ele diria que seria preciso ter uma enorme crise, sim, caso contrário a racionalidade não vai imperar."

Economista-chefe do Itaú Uni-banco, Mario Mesquita falou, entre outros pontos, da análise de Pastore no livro sobre os descaminhos da estabilização. No governo de Dilma Rousseff, "houve descaminho na política fiscal e na política monetária", disse Mesquita, ex-diretor de Política Econômica do BC. As

expectativas de **inflação** se desancoraram, e Pastore foi um dos primeiros a calcular que o BC, naquele período, trabalhava com uma meta implícita, mais alta que os 4,5% do alvo da época, O BC, na verdade, trabalhava com um número mais perto do topo da meta.

Mesquita tratou ainda do epílogo do livro, em que, segundo ele, Pastore faz "duas advertências simples", trazendo a lição do livro. A primeira é que os BCs devem manter o foco em mirar a ancoragem da **inflação** para a meta. A segunda é não se deve esperar muito da expansão fiscal, como fazem parte da classe política e alguns economistas, disse Mesquita. Esse expansionismo tende a elevar a taxa neutra de juros, sem ganhos perceptíveis para a economia.

No último parágrafo do epílogo, Pastore pergunta: "Qual será a reação do governo quando o crescimento econômico se reduzir devido à política monetária restritiva?" Para ele, "a confiança do governo de que um espaço fiscal maior gere crescimento pode levá-lo a aumentar ainda mais os gastos, com reflexos mais acentuados sobre a taxa neutra de juros e os prêmios de risco. "Esse é o teste que revelará se o arcabouço é ou não o que o país precisa. Da mesma forma, será que o governo dará ao Banco Central a liberdade de cumprir seu mandato ou exigirá que siga o caminho de Dilma Rousseff, pressionando por taxas de juros mais baixas? Um novo capítulo de nossa história dará a resposta."

No prefácio, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, diz que "um regime de política econômica cujo sucesso o fez transpassar diferentes governos precisa ter sua história contada para que seja reforçado e trabalhado continuamente, evitando cair na tentação frequente das soluções fáceis e de curto prazo. Assim vejo a maior contribuição deste livro, que recomendo fortemente, e que tem todos os elementos para se tornar um clássico econômico."

O livro de Pastore evidencia a importância do tripé macroeconômico e como a sua construção foi árdua. Os próximos passos do governo na política fiscal e do BC na política monetária vão mostrar o tamanho do risco à sobrevivência do regime adotado desde 1999, respondendo à pergunta de Pastore.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1§ion=1>

Antes desejados, super-ricos entram na mira do fisco em países europeus

Emma Agyemang Financial Times, de Copenhague

Os multimilionários da Europa estão inquietos. No Reino Unido, a decisão do governo trabalhista de acabar com um regime fiscal para não domiciliados que beneficiava os estrangeiros ricos levou a uma enxurrada de realocações.

Na França, a falta de transparência política depois das eleições parlamentares antecipadas de julho, que deixou uma aliança de partidos de esquerda como o maior bloco, vem levando muitos ricos a fazer planos contingenciais para sair do país caso um imposto sobre a riqueza seja restabelecido.

Desde as mudanças nos **impostos** sobre a riqueza e sobre ganhos de capital na Noruega em 2022, muitos milionários e bilionários vêm se mudando para a Suíça.

Nunca foi tão fácil para os super-ricos se mudarem. Como resultado, a competição para atrair pessoas ricas usando incentivos fiscais, além de concessão de cidadania e outros caminhos para a residência, também se intensificou. Novas jurisdições como Dubai e Cingapura estão se intrometendo em territórios tradicionais como Reino Unido, Suíça e Mônaco.

O sistema "non-dom" do Reino Unido era o regime fiscal privilegiado mais antigo do mundo, com raízes que remontam há dois séculos, à era colonial. Ele permitia que estrangeiros que residem no Reino Unido mas se consideram domiciliados no exterior não tivessem que pagar **impostos** no país britânico sobre suas rendas e ganhos de capital no exterior por até 15 anos.

Mas em março o governo conservador anunciou que iria substituir o regime por um novo sistema de quatro anos. O governo trabalhista, que o sucedeu, indicou que removerá a capacidade dos não-domiciliados ("non-dom") de proteger os ativos estrangeiros mantidos em fundos fiduciários do imposto sobre heranças. Também prometeu acabar com uma lucrativa brecha fiscal ("carried interest") amplamente usada por fundos de private equity, muitos dos quais também não-domiciliados.

O segundo regime de privilégios fiscais mais antigo é o da Suíça, que existe há mais de um século. Trata-se

de um sistema de tributação de valor fixo, ou "forfait", em que indivíduos ricos firmam acordos personalizados com as autoridades locais em relação às taxas de **impostos** que pagam. Dados mais recentes mostram que mais de 4.500 pessoas pagam **impostos** dessa forma na Suíça.

Mas nos últimos 20 anos, vários novos concorrentes introduziram sistemas de privilégios fiscais supostamente para atrair estrangeiros ricos, como Chipre, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha.

Cidades-Estado como Dubai e Cingapura também competem para atrair expatriados ricos com ofertas de **impostos** de renda ou sobre capital baixos ou, no caso de Dubai, imposto nenhum para indivíduos. Isso reforçou uma tendência de mudança de domicílio de milionários e bilionários, aponta uma pesquisa da Henley Partners, empresa global de consultoria em migração. Os **impostos** costumam ser um fator-chave na decisão desses emigrantes ricos.

A empresa monitora o movimento entre países e cidades de mais de 150 mil indivíduos de patrimônio elevado e prevê que um recorde de 128 mil milionários irão se mudar este ano, superando o recorde de 120 mil de 2023.

Dominic Volek, da Henley Partners, descreveu a grande migração de milionários como um sinal de que mudanças profundas estão acontecendo no cenário global da riqueza, que poderão ter efeitos significativos sobre os países que eles deixam ou adotam.

Os governos valorizam a riqueza e o consumo que os ricos trazem, mas também existem riscos de uma reação das populações locais se o fluxo de estrangeiros ricos provocar uma alta nos preços imobiliários locais, pressionar a infraestrutura pública ou resultar em uma gentrificação excessiva.

Só no último ano, três dos mais populares regimes de privilégios fiscais da Europa endureceram suas regras em resposta a pressões políticas. Além da reforma do sistema do Reino Unido, Portugal fechou em 2023 seu programa para não residentes e lançou um novo sistema este ano que não está mais disponível para aqueles cuja renda vem de pensões. Governos escandinavos reclamaram que o velho sistema atraiu aposentados que pararam de pagar **impostos** em

seus países de origem.

Na semana passada, a Itália surpreendeu ao dobrar um imposto anual sobre a renda estrangeira de novos moradores para 200 mil.

Um consultor tributário internacional admite reservadamente que esses esquemas de privilégios fiscais sempre arriscam atrair a ira dos habitantes locais. "Eles podem ser difíceis de justificar politicamente porque, no final das contas, você está fazendo um favor a pessoas ricas", diz o consultor.

A riqueza e os gastos que os super-ricos levam para um país é a principal motivação para se estender o tapete vermelho fiscal. Mas alguns países também exigem que os estrangeiros ricos paguem algum imposto. Muitas vezes, os valores pagos são consideráveis. Por exemplo, os números mais recentes mostram que 8,9 bilhões de libras foram pagos por 74 mil não domiciliados no Reino Unido.

"O principal benefício é que essas pessoas vão consumir mais que o cidadão médio", diz Sean Bray, diretor de Política Européia da Tax Foundation Europe. "Portanto, os governos estão dispostos a proporcionar algum alívio no lado do IR, para ganhar mais no lado do imposto sobre consumo."

Mas gestores de fortunas relatam que a competição para atrair migrantes ricos que buscam evitar **impostos** mais altos em outros lugares está mais acirrada no momento, conduzida em parte por repressões em jurisdições rivais.

Consultores em países como Itália, Suíça e Emirados Árabes Unidos afirmam que têm recebido cada vez mais consultas de não domiciliados no Reino Unido que querem se mudar. "Há muitos territórios que veem os non-doms do Reino Unido como disponíveis para serem conquistados", diz Tim Stovold, da Moore Kingston Smith, uma consultoria no Reino Unido.

Anthony Richardson, advogado da Church Cout Chambers de Londres que lida com questões fiscais internacionais, diz que muitos indivíduos ricos estão preocupados com a direção geral dos ventos nos países ocidentais.

"Como resultado da enorme quantidade de dívida que os governos assumiram após a pandemia, começamos a ver um êxodo de milionários e bilionários do Reino Unido e de outros lugares para locais como os Emirados Árabes Unidos", diz ele. "O que eles veem como um risco é que suas riquezas sejam vistas como dinheiro prontamente disponível", acrescenta ele. "Não diria que os esforços para atrair essas pessoas se intensificaram, eu diria que o êxodo

se intensificou."

Paul Donovan, economista-chefe da UBS Global Wealth Management, acrescenta que a migração de milionários também está sendo motivada por uma "perturbação estrutural na riqueza global", incluindo o impacto das sanções contra muitos russos ricos e o desejo de muitos donos de empresas de viverem mais perto de onde elas estão localizadas.

Em julho, o UBS divulgou um relatório prevendo que Reino Unido e Holanda serão os países que mais perderão milionários até 2028 - quedas de 17% e 4%, respectivamente. Os dois países contrariam uma tendência mundial que mostra que o número de milionários deverá aumentar em 52 dos 56 países que o banco monitora.

Donovan diz que isso ocorre em parte porque havia um número desproporcionalmente alto de milionários no Reino Unido e na Holanda, em relação aos tamanhos de suas economias. Como resultado, qualquer perturbação estrutural que afetasse os milionários nômades poderia ter um impacto desigual sobre os dois países.

Outros apontam para mudanças no cenário financeiro internacional nos últimos 10 anos, que tiveram um impacto sobre a capacidade dos super-ricos de proteger suas fortunas.

"Antes, as pessoas ficavam em seus próprios países e escondiam seu dinheiro em paraísos fiscais", diz Pascal Saint-Amans, ex-chefe fiscal da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Mas o fim do sigilo bancário e o aumento na troca de informações... significam que se você não quiser ser taxado em um país, você precisa sair dele."

As decisões de realocação não envolvem apenas as taxas dos **impostos**. Emma Chamberlain, consultora de questões fiscais internacionais da Pump Court Tax Chambers do Reino Unido, diz que fatores como segurança, educação, infraestrutura de negócios, estabilidade, cultura e comunidade também são importantes.

A decisão do Reino Unido de sair da União Européia foi uma dessas mudanças. Dados da Henley apontam que o país teve uma perda líquida de 16,5 mil milionários entre 2017 e 2023. A China também sofre um êxodo de cidadãos super-ricos, depois de suas políticas draconianas em relação à pandemia, e em razão da agenda de "prosperidade comum" de redistribuição de riqueza do presidente Xijiping.

Chamberlain acrescenta que os europeus que trabalham com private equity até recentemente

gostavam do Reino Unido, mas agora estão gravitando em torno da Itália, especialmente Milão, enquanto Dubai, e mais recentemente Cingapura, são lugares frequentemente de mais interesse para os originários da Ásia.

Peter Ferrigno, diretor de serviços tributários da Henley Partners, diz que Chipre e Malta atraem pessoas porque não tributam dividendos estrangeiros.

Ele acrescenta que, para os europeus que "precisam estar mais perto de seus mercados nacionais", Grécia e Itália continuam populares devido às suas taxas fixas máximas de imposto. Na Grécia, ela é de 100 mil por ano - o que, segundo ele, é muito atraente para quem ganha mais de 250 mil.

Marco Cerrato, sócio da Maisto e Associati, um grupo de advocacia com escritórios na Itália e Reino Unido, diz que até agora este ano os três principais destinos para expatriados ricos interessados em se realocar são Itália, Suíça e Mônaco.

Mas outros países antes em alta já foram deixados de lado. "Quando Portugal encerrou seu esquema para novos residentes, todas as atenções se voltaram para a Itália. Agora, [os italianos] decidiram subir o imposto, o que, sem dúvida, limitará o número de pessoas que vai aderir ao esquema", diz Stovold, da Moore Kingston Smith.

Em termos internacionais, há discussões no G20 (grupo que reúne as principais economias mundiais) concentradas em definir se um imposto mínimo mundial sobre bilionários deveria ser criado, similar à iniciativa da OCDE para estabelecer uma taxa mínima de imposto sobre pessoas jurídicas.

Embora o plano ainda não tenha obtido apoio suficiente para sua adoção, alguns o veem como sinal de que haverá mais atividades nesse sentido.

"Acho que haverá pessoas defendendo regras tributárias internacionais para tentar lidar com essa questão", prevê Grant Wardell-Johnson, líder global de política tributária da KPMG International.

Volek diz que a demanda dos super-ricos por refúgios estáveis, agradáveis e lenientes quanto às finanças pessoais continua tão alta como sempre e que muitas jurisdições estão dispostas a atender essa demanda. "Os países que se adaptarem e inovarem serão os que se darão bem."

Ainda assim, Saint-Amans, o ex-integrante da OCDE, diz que, embora a competição tributária entre países ainda esteja "acirrada", provavelmente está perto de seu teto. "A mudança no Reino Unido provavelmente é

um sinal de que algo está acontecendo. Grandes países que se beneficiaram maciçamente desses esquemas estão sentindo um frio na barriga [...] e isso é um reflexo do populismo que estão enfrentando."

"A grande migração de milionários é sinal de mudanças profundas no cenário global da riqueza"
Dominic Volek

(Tradução de Mario Zamarian e Sabino Ahumada)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956?page=1§ion=1)**

Preços de insumos caem, oferta de carne se ajusta, e JBS tem lucro de R\$ 1,7 bilhão

Nayara Figueiredo De São Paulo

Em um passo que consolida a virada nos resultados financeiros da JBS em 2024, a companhia encerrou o segundo trimestre com lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão. O desempenho contrasta com o de um ano antes, quando a empresa registrou prejuízo de R\$ 263,6 milhões. Além do lucro bilionário, a JBS também teve uma receita líquida consolidada recorde no segundo trimestre, de R\$ 100,6 bilhões.

Dois fundamentos de mercado estão bem mais positivos neste ano do que em 2023, o que permitiu à empresa fechar o trimestre com ganho expressivo. O primeiro é a queda dos preços dos insumos que compõem a ração animal (milho e farelo de soja), fator que reduz os custos e melhora as margens da indústria.

O segundo é que ficou mais equilibrado o balanço entre demanda e oferta das carnes mais importantes para os negócios da JBS (bovina, suína e de frango). Há exceção apenas na unidade de bovinos na América do Norte. Na região, as margens seguem apertadas em virtude do ciclo de baixa oferta de gado, mas o bom desempenho nos demais negócios compensou os resultados negativos.

"O resultado [lucro] veio também das melhorias operacionais que fizemos", disse o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, que destacou, por exemplo, os ganhos na operação da Seara. A margem da unidade de aves e suínos no Brasil subiu 13,3 pontos percentuais no comparativo anual, para 17,4%.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da JBS foi de R\$ 9,88 bilhões no segundo trimestre. O resultado é mais que o dobro do que a companhia registrou no segundo trimestre de 2023, quando o Ebitda ajustado foi de R\$ 4,47 bilhões.

A receita líquida consolidada cresceu 12,6% na mesma base de comparação, para o recorde de R\$ 100,6 bilhões. Cerca de 75% das vendas globais da JBS ocorreram nos mercados domésticos em que a empresa atua, e os demais 25% foram exportações.

A geração de caixa livre, que havia sido de R\$ 1,26 bilhão no segundo trimestre de 2023, saltou para R\$

5,5 bilhões neste ano, o que permitiu à companhia reduzir sua alavancagem - relação entre dívida líquida e Ebitda - para 2,77 vezes (em dólares). No segundo trimestre do ano passado, a alavancagem estava em 4,15 vezes.

"A gente chegou a esse patamar de alavancagem seis meses antes do previsto", afirmou Guilherme Cavalcanti, diretor financeiro e de relações com investidores da JBS. O executivo ressaltou que, como o terceiro e quarto trimestres também geram fluxo de caixa livre positivo, "vamos apresentar Ebitdas no terceiro e no quarto trimestres acima do ano passado, porque essa alavancagem vai continuar caindo e vai se aproximar de 2 vezes no fim do ano".

A alta do dólar, um fator de elevação das dívidas, tem piorado os balanços de diversas empresas, mas, para a JBS, esse é outro elemento positivo, avalia Cavalcanti. "O câmbio maior é mais favorável para a JBS, [dada a] natureza exportadora e os negócios que temos em dólares", afirmou.

Segundo ele, as unidades que ficam fora do Brasil geram 70% do faturamento do grupo. Dos 30% que saem das operações brasileiras, metade é de exportação, que se torna mais competitiva com o aumento da cotação do dólar.

Indagado sobre os impactos das suspensões temporárias de exportação de frango do Brasil que se seguiram à ocorrência, em julho, de um caso da doença de Newcastle em Anta Gorda (RS), Tomazoni afirmou que o país já resolveu a questão e que a companhia tem feito um remanejamento entre as unidades para conseguir atender os importadores.

"Mercados que antes eram atendidos pelo Rio Grande do Sul passaram para São Paulo, Paraná, Santa Catarina", disse. Ele destacou a importância de se ter muitas plantas com habilitação para vender à China, o que dá flexibilidade para realocar as mercadorias em situações como a que ocorreu no Rio Grande do Sul.

Tomazoni acredita que os segmentos de suínos e aves continuarão a apresentar um forte desempenho, com oferta e demanda equilibradas. Já em carne bovina, a percepção do CEO é que o consumo na China permanece aquecido, assim como as exportações de Brasil e Austrália para os EUA.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956>

Setor de serviços avança 1,7%

O setor de serviços apresentou forte crescimento em junho, na comparação com maio que, após o dado revisado, registrou queda de 0,4%. Puxado pelo setor de transportes, o volume de serviços prestados no país apresentou um crescimento de 1,7% no mês passado. O dado ficou acima das projeções do mercado, de 0,9% a 1%, e foi a maior variação desde dezembro de 2022, conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor de serviços é o que mais emprega e tem um peso em torno de 70% no Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com informações do órgão, o setor estava 14,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Na comparação com junho de 2023, o crescimento foi de 1,3%.

E, no acumulado do semestre, o indicador registrou alta de 1,6% frente ao mesmo período do ano passado. Nos últimos 12 meses, o setor mostrou perda de dinamismo, passando de 1,2%, em maio, para 1%, em junho.

Alta disseminada O gerente da pesquisa do IBGE, Rodrigo Lobo, apontou que o crescimento foi disseminado entre as cinco atividades pesquisadas. Segundo ele, o destaque foi para o crescimento no setor de transportes, que mostrou expansão de 1,8%, recuperando a perda de 1,5% de maio. "Esse resultado vem muito em função do transporte aéreo, impulsionado pela queda dos preços das passagens aéreas. Mas também contribuíram o transporte dutoviário e a navegação de apoio marítimo, e atividades relacionadas com as indústrias extrativas, como a de gás e a de óleos brutos de petróleo", explicou o pesquisador.

Outro destaque positivo foi registrado no setor de informação e comunicação, que cresceu 2% após recuo de 1,1% no mês anterior. "Este ramo de atividade atingiu o ápice da sua série histórica em junho de 2024. O comportamento dos serviços de tecnologia desde o pós-pandemia tem se mostrado fundamental para o volume de serviços do país, principalmente pelo aumento considerável nos serviços voltados às empresas, notadamente os serviços de tecnologia da informação", reforçou Lobo.

As demais altas foram das atividades de serviços profissionais, administrativos e complementares, com

crescimento de 1,3%, recuperando parte da perda de 3,2% observada de abril a maio.

No setor, destacam-se a organização de eventos (exceto esportivos e culturais), administração de cartão de desconto e programas de fidelidade e serviço de engenharia.

As atividades de outros serviços registraram avanço de 1,6%, recuperando a queda de 1,5% registrada em maio, com destaque para serviços financeiros auxiliares, recuperação e manutenção de computadores e corretoras de títulos e valores mobiliários. Por fim, a variação positiva de serviços prestados às famílias, de 0,3%, "foi motivada pelos espetáculos teatrais e musicais, com influência da turnê no Rio de Janeiro do Cirque du Soleil", de acordo com o gerente do IBGE.

Segundo o economista do banco PicPay, Igor Cadilhac, esse resultado reflete uma recuperação mais rápida do que o esperado das enchentes no Rio Grande do Sul, levando o setor a atingir um recorde na série histórica, 0,5% acima de dezembro de 2022. "Todas as cinco atividades analisadas na pesquisa apresentaram expansão na demanda. O maior destaque foi o setor de transportes, que cresceu 1,8%, normalizando-se após ser o mais impactado pelas chuvas.

Em seguida, o setor de informação e comunicação registrou um avanço de 2%, impulsionado pelos serviços de telecomunicações e streaming", explicou.

Para Cadilhac, há uma indicação de que a atividade econômica brasileira continua apresentando um bom desempenho, sustentada por um mercado de trabalho em pleno emprego, crescimento da massa salarial e uma **inflação** sob controle. "Para o futuro, esperamos que esse cenário se mantenha ao longo do ano, apesar da recente deterioração do quadro inflacionário e da consequente necessidade de manter as taxas de juros elevadas por mais tempo", disse o economista do PicPay. (FS)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2024/08/14/all.pdf>

Campos Neto: Selic não é exorbitante

» **FERNANDA STRICKLAND**

Em audiência pública no Congresso Nacional, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, minimizou o atual patamar da taxa básica da economia (Selic), de 10,50% ao ano, ao não admitir que os juros do Brasil são exorbitantes. Segundo ele, a média de vários países é maior.

"Não é possível afirmar que a gente tem uma taxa de juros exorbitante, apesar de ter uma **inflação** muito baixa. Na verdade, a gente tem uma taxa Selic menor do que a média de outros países. E temos **inflação** menor do que a média, ainda mesmo passando por um período de **inflação** global muito grande", disse Campos Neto, ontem, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), na Câmara dos Deputados. Ele ressaltou que, entre 2019 e 2024, o Brasil teve menor **inflação** com taxa de juros menor.

O presidente da autarquia reforçou que o Brasil tem tido, sim, uma desancoragem das expectativas de **inflação**, o que é preocupante. "Ainda é verdade que as taxas de juros (dos empréstimos) no Brasil são absurdamente altas, isso a gente não discute. O que a gente está querendo mostrar aqui é que, ao longo do tempo, a gente tem sido capaz de trabalhar com taxas básicas de juros mais baixas comparado com outros intervalos na história, tanto na parte real (descontada a **inflação**) quanto na parte nominal", afirmou.

Campos Neto declarou ainda que o Brasil tem uma taxa de juros neutra - taxa de juros real que não impacta na atividade - maior que a de alguns outros países. Vale lembrar que, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de junho, o BC elevou a taxa de juros neutra de 4,5% para 4,75% ao ano.

Campos Neto disse aos deputados que, como o processo de desinflação tem se arrefecido no país, a autoridade monetária manterá o foco no processo de convergência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, para a meta, de 3% ao ano, com teto de 4,5%. "O Banco Central tem atuado de forma técnica e autônoma para cumprir as suas missões", disse Campos, lendo um slide preparado para a Comissão. "Mais recentemente, as decisões têm sido unânimes no Comitê de Política Monetária", acrescentou, em referência às últimas duas reuniões, que foram consensuais para a manutenção da Selic no atual patamar.

Conforme dados do IBGE, o IPCA de junho acelerou acima do esperado e registrou alta de 4,5% no acumulado em 12 meses, acendendo o alerta entre analistas do mercado que passaram a não descartar alta da Selic ainda neste ano, se dólar ficar acima de R\$ 5,60 até dezembro. Otimismo na Bolsa Um dia depois de o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo - um dos nomes mais cotados para substituir Campos Neto a partir de janeiro de 2025 - fazer coro com o presidente do BC no discurso da ata do Copom de que o colegiado "não hesitará" em subir os juros, caso for necessário, o mercado financeiro seguiu mais otimista.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) subiu 0,98% e fechou o dia a 132.378 pontos, impulsionada por dados de **inflação** no atacado dos EUA que vieram conforme o esperado. Já o dólar comercial recuou 0,85% e encerrou o pregão cotado a R\$5,449 para a venda.

Na audiência da Câmara, o presidente do BC lembrou que Galípolo, indicado pelo presidente Lula, também manteve o discurso de que os juros poderão subir se houver necessidade para a **inflação** convergir para a meta no horizonte relevante, ou seja, até o primeiro trimestre de 2026. Mais tarde, questionado pelos jornalistas sobre a fala de Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi taxativo sobre essa possibilidade. "Nem sempre a melhor resposta é aumentar juros", frisou. Enquanto isso, as projeções para o IBovespa no fim deste ano voltaram a ficar mais otimista, com metade dos gestores da América Latina esperando que o índice fique entre 130 mil e 140 mil pontos até dezembro. Segundo o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), a alta do IBovespa, ontem, foi impulsionada principalmente pelos bancos, que estão divulgando balanços com lucros bilionários. De acordo com Felipe Martins Passero CFA e especialista em investimentos, o mercado vem numa sequência de altas, impulsionado pelas altas nas ações dos bancos, que tiveram resultados positivos divulgados nos últimos dias e pelo otimismo no exterior devido à perspectiva de aumento dos juros nos Estados Unidos. "As bolsas de Nova York também operaram no campo positivo. Existe um temor de recessão nos EUA. Mas isso não tem prejudicado as ações brasileiras." O presidente do Banco Central ressaltou ainda que o cenário internacional continua adverso e que há problemas relacionados ao aumento da dívida global e riscos associados à eleição nos Estados Unidos e à desaceleração da economia chinesa. Ele destacou

que há uma preocupação maior com alguns casos, como o da Austrália, onde a inflação voltou a subir.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2024/08/14/all.pdf>

Menos marola, por favor - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

A indústria de transformação mostra alguma reação. Registrou crescimento de 2,7% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2023. Não é pouco quando se leva em conta o desempenho nos últimos anos.

Mais do que isso, para além do seu peso no **PIB**, é o setor com mais impactos indiretos nos demais setores, conforme dados do IBGE, o que aumenta a importância desse resultado.

Será esse um sinal promissor ou mais um voo de galinha?

A compreensão do quadro desafiador do setor demanda a análise do histórico recente, com destaque para dois períodos principais.

Primeiro, a crise global de 2008-09 penalizou particularmente o setor, com a queda de mais de 30% no volume de exportações, por conta do colapso do crédito ao comércio exterior. Superada a crise, o Brasil não conseguiu reconquistar os mercados perdidos, provavelmente em função da baixa competitividade dos nossos produtos - não é coincidência que segmentos mais competitivos, como a celulose, não foram impactados. O volume exportado da indústria de transformação, que representava 24% da produção doméstica em 2007, recuou rapidamente para 19% na média de 2009. Enquanto isso, o mundo se recuperava.

Desde então, as exportações pouco evoluíram, estando atualmente em patamar mais de 20% inferior ao pré-crise de 2008. Aqui outros fatores precisam ser adicionados, o que nos leva ao segundo capítulo: a recessão causada pela gestão Dilma.

Esse foi um período de efetiva desindustrialização, com enorme descolamento da produção doméstica, que encolheu 21% entre o pico (agosto/2013) e o ponto mais baixo (agosto/2016), ante crescimento de quase 15% na produção mundial no mesmo período.

As políticas de proteção e estímulo à indústria não trouxeram o esperado aumento do investimento. Pelo contrário, houve forte queda no período (a produção de bens de capital para a indústria caiu 21% na média de 2016 em relação a 2012), agravando o quadro de obsolescência tecnológica do parque industrial, com a consequente perda de produtividade e competitividade

externa. Eram tempos em que parecia mais vantajoso ir a Brasília em busca de proteções do que investir no negócio. Os necessários ajustes da política econômica e as reformas eram negligenciados.

Naquela recessão, mais de 2 milhões de empregos foram destruídos na indústria geral (inclui a indústria extrativa), representando um recuo de 15% no número de ocupados, enquanto no restante da economia o quadro pouco se alterou. A massa salarial caiu e, em um efeito bumerangue, o consumo de produtos industrializados amargou queda na casa de 20%.

Ao mesmo tempo, e em parte como resposta à piora do mercado de trabalho, a queda do crédito ao consumidor agravou severamente o quadro.

O sonho da nova classe média se foi, e a demanda passou a ser o limitante ao setor: a aquisição de bens de consumo ainda está 10% abaixo do pico de 2011.

Passada a recessão, em função de correções na política econômica, a produção ensaiou alguma modesta recuperação, antes e depois da pandemia. Recuperar as feridas não é fácil, mas a retomada de reformas estruturais, como as do mercado de trabalho, e a maior estabilidade da economia trazem alento.

O movimento se mostra disseminado entre segmentos da indústria e entre regiões do país, refletindo em grande medida o dinamismo do mercado de trabalho.

No entanto, não parece haver, por ora, grande capacidade de expansão da produção adiante, por conta da já elevada utilização da capacidade instalada. A voltado investimento na indústria é urgente. Sem isso, o aumento da demanda irá se traduzir em aumento da importação e da **inflação**, e dos juros também.

O governo precisa colaborar. E não será com sua nova política industrial, com objetivos em excesso, pouco foco e falta de bons instrumentos - uma receita para não funcionar.

A estabilidade macroeconômica é ingrediente essencial para a ampliação da capacidade produtiva de um setor particularmente vulnerável ao ciclo econômico, exatamente por ser mais prejudicado pelo custo-Brasil - por exemplo, a carga tributária é mais elevada e complexa, há maior dependência de mão de obra qualificada e menor espaço para a informalidade.

O empresário precisa de confiança para investir. Não enfrentar o risco fiscal e criar volatilidade é veneno para a indústria.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor de serviços tem a maior alta desde 2022

MAYRA CASTRO mayra.castro@oglobo.com.br

O setor de serviços cresceu 1,7% em junho, após queda no mês anterior. É o maior avanço desde 2022, impulsionado por transportes, especialmente aéreo. O dado divulgado ontem pelo IBGE foi melhor do que o previsto pelo mercado, de 0,8%. No acumulado do primeiro semestre houve expansão de 1,6%, e de 1% em 12 meses.

O resultado reforça o cenário de crescimento da atividade econômica e leva analistas a revisarem para cima as projeções do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano. Além disso, os economistas agora avaliam qual o impacto do resultado na **inflação** e sobre o Copom, que em setembro decidirá em que nível ficará a taxa básica de juros (Selic), hoje em 10,5% ao ano.

- O resultado do setor de serviços deve contribuir para pressionar a **inflação** e o cenário para o Banco Central (BC) decidir sobre os juros. Os serviços representam quase um terço do IPCA, têm um peso muito relevante - explica Rafael Perez, economista da Suno Research, destacando que o principal crescimento do setor este ano está ligado aos serviços às famílias, com o consumo e a renda aumentando.

DOIS TERÇOS DO **PIB**

Perez também chama atenção para o fato de que os serviços representam quase dois terços do **PIB**: - Como o resultado surpreendeu para cima, pode gerar revisões altistas das previsões do **PIB**. Outros segmentos, como varejo, indústria e mercado de trabalho aquecido se somam a isso e fazem com que a estimativa do PIB fique mais próxima de 2,5% no ano do que 2%.

Rodolfo Margato, economista da XP, afirma que a estimativa do **PIB** do segundo trimestre aponta crescimento de 0,8% em relação aos três meses anteriores.

- Podemos dizer que, a despeito do choque de oferta negativo das enchentes e os seus efeitos no Rio Grande do Sul, a economia manteve um bom ritmo de crescimento. Nossa expectativa atual para o crescimento é de cerca de 2,5% na comparação com o segundo trimestre do ano passado, reforçando o viés de alta em torno da nossa projeção de 2,2% para o

PIB de 2024 como um todo. Os sinais recentes apontam para uma variação mais próxima a 2,5% no ano -diz Margato.

O principal destaque da pesquisa do IBGE foi o crescimento do setor de transportes, que teve expansão de 1,8% sobre maio. Houve avanço tanto no transporte de passageiros (6,2%) como no de cargas (0,4%).

- O resultado vem muito em função do transporte aéreo, impulsionado pela queda dos preços das passagens. Mas também contribuiu o transporte dutoviário e a navegação de apoio marítimo, atividades relacionadas com indústrias extrativas como gás e óleos brutos de petróleo -diz Rodrigo Lobo, gerente da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE.

TODOS OS SETORES EM ALTA

Todas as cinco atividades pesquisadas tiveram crescimento em junho. Além de transportes, os destaques foram serviços de informação e comunicação, que cresceram 2% com o avanço do desenvolvimento e licenciamento de softwares e dos serviços de streaming e de telecomunicações. A atividade de serviços profissionais administrativos e complementares cresceu 1,3%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar recua 0,84%, a R\$ 5,44, na 6ª queda consecutiva

PAULO RENATO NEPOMUCENO ETHAÍS BARCELLOS

O dólar comercial teve ontem a sexta queda consecutiva: recuou 0,84%, a R\$ 5,449, a menor cotação desde 16 de julho. A partir da máxima do ano, de R\$ 5,74, registrada no último dia 5, a divisa já se desvalorizou 4,2%.

A moeda americana recuou globalmente, refletindo o dado da **inflação** no atacado nos Estados Unidos, que ficou em 0,1% em julho, abaixo da projeção de analistas, de 0,2%. Isso reforçou a avaliação do mercado de que a maior economia do mundo terá uma desaceleração suave.

Mas, segundo analistas, a queda do dólar também tem um fator doméstico.

- Existia uma desconfiança com a meta fiscal e com o próximo mandato do Banco Central. Fomos surpreendidos com falas do Galípolo (Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do BC), dizendo que um aumento de juros está na mesa, alinhando-se ao discurso de Campos Neto (Roberto Campos Neto, presidente da autarquia). Isso traz para o mercado a confiança de que o BC seguirá fazendo o trabalho que tem que ser feito -disse Jacques Zylbergeld, superintendente de câmbio do Banco Rendimento.

AUDIÊNCIA NA CÂMARA

Galípolo é o nome mais cotado para assumir o comando do BC. O mandato do atual presidente, Roberto Campos Neto, termina em dezembro. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a decisão sobre o novo comando do BC entrou no radar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O chefe da equipe econômica explicou que Lula ficou de discutir o assunto com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Cabe ao Senado sabatar e aprovar o nome.

Segundo Haddad, a data da indicação dependerá da conversa de Lula e Pacheco. O governo quer aprovar o nome em um esforço concentrado do Congresso antes das eleições municipais, em outubro.

-Entrou no radar do presidente (Lula) essa questão e ele ficou de discutir com o presidente Pacheco essa questão da sabatina, em virtude do calendário eleitoral

-disse o ministro, acrescentando que a indicação deve vir nas próximas semanas.

Também ontem, Campos Neto afirmou, em audiência nas comissões de Desenvolvimento Econômico e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que uma intervenção no dólar depende de uma decisão colegiada da autarquia: -Toda vez que o mercado está nervoso, discutimos se vamos fazer intervenção. O BC tem muita reserva e fará intervenção se for preciso. O diretor principal que cuida do câmbio foi indicado pelo governo. Conversamos muito, com outros diretores também, não é uma decisão só do presidente - afirmou, ao responder sobre o porquê de o BC não ter atuado no câmbio na recente escalada do dólar.

"DECISÃO DO COLEGIADO"

Segundo Campos Neto, não houve qualquer movimento anormal do câmbio que recomendasse intervenção do BC, e sim uma piora da percepção de risco no Brasil: -Nesses momentos de estresse, discutimos fazer intervenção? O tempo todo estamos discutindo intervenção -afirmou. -É uma decisão do colegiado, que hoje tem quatro diretores que foram indicados pelo governo atual, que são muito bons e técnicos. Não houve decisão de intervir no câmbio.

Houve ainda um bate-boca, quando deputados questionaram as aplicações offshore de Campos Neto e suas relações com políticos bolsonaristas. Disseram ainda que o BC manteve os juros baixos no governo Jair Bolsonaro e altos na administração Lula, quando na verdade a Selic começou a subir em março de 2021, atingindo 13,75% em agosto de 2022.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Galípolo nutre percepção de alta da Selic

Alex Ribeiro, Gabriel Roca e Victor Rezende De São Paulo

As mensagens mais conservadoras do diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disseminaram a percepção entre participantes do mercado de que o presidente Lula deu carta branca para uma eventual subida da Selic, contribuindo para queda do dólar, alta da bolsa e retirada de prêmios de risco da curva de juros.

Galípolo vem dando indicações, nos últimos dias, de que a autoridade monetária voltou a ter à disposição os seus dois principais instrumentos de política econômica: os juros, para levar a **inflação** à meta; e as intervenções cambiais, para garantir o bom funcionamento do mercado. O dólar registrou queda pelo sexto pregão seguido ontem, fechando em R\$ 5,45. A bolsa chegou aos 132.430 pontos, maior nível desde de 8 de janeiro.

Mas fontes de mercado ouvidas pelo Valor dizem, de forma reservada, que a consolidação desses ganhos só ocorrerá se o que hoje é apenas uma percepção - de que não há veto do presidente Lula para uso dos juros - se mostrar verdadeira. Ou seja, se de fato o BC cumprir o sinalizado conservadorismo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

"O mercado deu uma nova chance ao BC, depois que a divisão no Copom de maio deu a impressão de que havia interferência política", diz um ex-diretor do BC, que hoje participa da gestão de um grande fundo de investimento.

A disparada do dólar nos últimos meses foi causada, em parte, por receios de interferência política no BC. Em 8 de maio, quando quatro membros indicados por Lula votaram por uma baixa mais forte de juros, o dólar estava em R\$ 5,09. Na semana passada, chegou a R\$ 5,76, no fechamento.

O recuo veio a terça-feira da semana passada, com a ajuda da ata mais conservadora do Copom. O documento saiu num dia em que melhorou o cenário internacional, com queda do risco de recessão nos EUA e sinais de que o Japão irá mais devagar na normalização de sua política monetária.

"A queda do dólar mostra que, em muitos aspectos, o problema estava na falta de credibilidade da política monetária", diz um ex-dirigente do BC, que comandou as mesas de juro e câmbio.

As declarações de Galípolo aprofundaram essa tendência. Primeiro, ele deu indicações de que está na ala com visão mais conservadora no Copom, que colocou a hipótese de aperto de juros. Desde segunda, Galípolo tem dado indicações de que o BC pode intervir no câmbio, se o mercado ficar defuncional "Vimos um processo significativo de deterioração das expectativas de **inflação** devido às questões fiscais e a uma diminuição da credibilidade do BC quanto ao compromisso com a meta de **inflação**. A questão fiscal não mudou muito, mas acho que o BC tem mudado bastante a linguagem para mostrar um comprometimento maior com a meta", diz Gustavo Pessoa, sócio da Legacy Capital.

"A sinalização é muito importante para reduzir prêmio", afirma o gestor. "O descolamento das projeções em relação à meta é alto, mas não tão alto que não possa ser resolvido. Apesar do **comunicado** não ter sido duro, a ata foi nesse sentido e mostrou que vários diretores enxergam o balanço de riscos assimétrico. E, a partir daí, as falas mais recentes dos dirigentes, principalmente do Galípolo, que é lido como o próximo presidente, reforçam o processo de ganhar credibilidade." Pessoa acredita que o porta-voz desse processo ter sido Galípolo foi um acerto do BC. "Dito isso, a nossa interpretação dessa sinalização é a de que o Copom deverá subir os juros na próxima reunião", afirma o profissional da Legacy, ao dizer que é a expectativa de aperto tem estabilizado o real, além de promover uma queda da **inflação** "implícita" e fazer as expectativas inflacionárias pararem de piorar no Focus.

"É importante que esse processo de ganho de credibilidade do BC seja liderado pelo Galípolo, justamente porque ele provavelmente será o próximo presidente. Esse processo tem mais legitimidade em termos de expectativa sendo comandado pelo Galípolo. No entanto, não adianta só falar mais duro. Ele terá de agir, ou então [o mercado] volta a piorar. Ele terá de entregar a postura que está prometendo para, de fato, ter credibilidade", enfatiza Pessoa.

Na visão do gestor de renda fixa da Vinland Capital, Maurício Bernardo, foi importante que Galípolo tenha reforçado o tom conservador da última reunião do Copom. E, diante desse cenário, a visão da casa é que há uma "alta probabilidade de início de um ciclo de subida de juros na reunião de setembro". Para a Vinland, um ciclo de 1,5 ponto a 2 pontos percentuais de aperto "parece razoável para as projeções

convergirem para a meta no horizonte".

No entendimento de Bernardo, a melhora dos ativos locais nos últimos dias foi bastante impactada pela mensagem conservadora do BC e da anuência de Galípolo a essa comunicação. "Acho que o comitê não pode se deixar levar por esse comportamento recente do mercado, que ele mesmo produziu. Esse ambiente foi gerado em decorrência da fala mais dura. Portanto, é importante esse início de aperto em setembro para ganhar ainda mais credibilidade", defende.

Caso esse cenário não aconteça, a percepção de Bernardo é que a melhora seria revertida "e, possivelmente, com mais força ainda". "Há risco de perder toda a credibilidade que foi conquistada. As expectativas, que vêm piorando há alguns meses, e não da última reunião para cá, indicam que cabe o aperto monetário. Restaurar essa credibilidade é muito importante. E isso vai ser possível a partir de um ciclo se iniciando agora, tendo em vista que você já conseguiu embarcar todo o comitê nessa proposta de reancoragem." Na avaliação do estrategista-chefe da AZ Quest, André Muller, as falas de Galípolo denotam um ambiente de maior normalidade, o que não era contemplado nos preços. "As expectativas ainda estão desancoradas, mas as atitudes têm sinalizado um ambiente de maior normalidade em relação à política monetária e que é compatível com a tomada de decisões técnicas no futuro." Para Muller, caso esse movimento de recuperação da credibilidade continue ocorrendo nas próximas semanas, eventualmente uma elevação da Selic poderia ser evitada.

"É um jogo e não dá para saber, ainda, qual vai ser a atitude tomada pelo BC. O que dá para antecipar é que ele vai tomar a decisão que for melhor para recuperar sua credibilidade. Se o Copom entender que a reação das expectativas de **inflação** ainda não foi como a esperada, pode aumentar os juros como maneira de demonstrar maior comprometimento com a meta de **inflação**. Ou podemos chegar ao Copom e a alta não ser mesmo necessária. Vai depender de outros fatores, como o comportamento da **inflação** e de seus condicionantes", afirma.

"Copom não pode se deixar levar por esse comportamento do mercado, que ele mesmo produziu"
Maurício Bernardo

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187956>